

### NOVA ESCOLA – APOSENTADOS COM PARIDADE – COBRANÇA RETROATIVA ANOS DE 2000 A 2009:

Permanece no Tribunal de Justiça o efeito suspensivo sobre todos os processos coletivos e individuais que discutem as questões sobre a execução de valores referentes ao processo dos aposentados na ação do “nova escola”. As tratativas sobre a tentativa de retomada do acordo através do CASC – Câmara Administrativa de Composição do TJRJ, entre a PGE e o SEPE, cuja última data foi em 01/12/2021, encontra-se sem retorno até a presente data. Em contrapartida, o julgamento do recurso do Sepe junto a Presidência do TJRJ, a título de Reclamação a fim de resguardar o Termo de Acordo Homologado que fez coisa Julgada, foi retirado de pauta após a manifestação do Estado, que vem alegando ser a via imprópria de recurso (veja o informe completo no site do Sepe).

### NOVA ESCOLA – SERVIDORES ATIVOS NO ANO DE 2002 PARTICIPANTES DO PROGRAMA – GRATIF. 2003:

O Estado promoveu recurso da decisão do Tribunal que conferiu razão ao Sepe no feito de execução utilizando-se a avaliação do ano anterior como paradigma de liquidação dos valores. Os recursos, especial e extraordinário interpostos pelo Estado, foram inadmitidos pelo que interpuseram novo recurso a fim de que o STJ e STF se manifestem sobre o processo de execução. O recurso junto ao STJ foi inadmitido e o processo falta ser remetido ao STF para análise do recurso extraordinário também interposto pelo Estado (veja o informe completo no site do Sepe).

### EXECUÇÃO INTERNÍVEIS: PROFESSORES ENQUADRADOS PELO PLANO DE CARREIRA DA LEI ESTADUAL Nº 1614/90 DIFERENÇAS A RECEBER NO PERÍODO DE 98 A 2003:

Esgotamos a análise e distribuição de servidores filiados de período recente (a partir de 2019) na ordem de filiados regulares. Os processos distribuídos seguem informados via email, através do email de cadastro em que recebemos a documentação, o que terá o servidor de aguardar seu número para consultar os desdobramentos. Muitos já tiveram andamento, manifestação do Estado em execução e até homologação dos valores, assim terão de aguardar informe do número do precatório quando providenciado pelo Tribunal (veja o informe completo no site do Sepe).

### EXECUÇÃO NOVA ESCOLA 2005 – MANDADO DE SEGURANÇA A RESPEITO DA CESSAÇÃO DOS DESCONTOS E RESTABELECIMENTO DA DIFERENÇA DO PERÍODO DESCONTADA:

A execução prosseguia de modo coletivo, sendo atualizada nos termos do acórdão transitado em julgado, houve recurso de embargos à execução do Estado sobre a legitimidade do Sepe perante os servidores não filiados e o índice de atualização, sendo definido o tema 810 do STF a respeito da base de cálculo, os valores terão de ser adequados, houve decisão do presidente do

TJRJ para desmembramento da execução de modo individual para melhor definir o titular do direito a receber individualmente, desta decisão o Sepe propôs embargos sobre a fixação dos parâmetros de execução individual na data de 29/11/2021, do qual aguardamos julgamento (veja o informe completo no site do Sepe).

### 1/3 CARGA HORÁRIA DO ESTADO:

Após retorno dos autos ao TJ/RJ (2019) e os diversos pedidos de cumprimento definitivo da decisão transitada em julgado deduzidos pelo Sindicato na primeira instância e reiterados descumprimentos por parte do Estado, o Estado argumentou em 2021 que a aplicação da decisão seria a partir de janeiro de 2022 e não a partir de maio de 2014, como determinado na sentença. O Sepe já se manifestou, informando que seja 2014 ou 2022 o Estado já está em mora e descumprindo a decisão final. Atualmente aguardamos decisão do juízo (veja o informe completo no site do Sepe).

### PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO:

Em 2021, o Estado recorreu e o Sindicato também. O Estado defendendo que já cumpre o piso e o SEPE, em julho/21, buscando a incidência automática diante da previsão legal na Lei nº 1614/90 (Plano de carreira do magistério público estadual). Em 24/02/22 o juiz determinou que o cartório certifique se todos já se manifestaram. Aguardamos as providências cartorárias e que os recursos subam para a segunda instância para julgamento (veja o informe completo no site do Sepe).

### REFORMA DO ENSINO MÉDIO: INTERPELAÇÃO JUDICIAL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM ANDAMENTO:

- Interpeção judicial: proposta interpeção judicial em 30/07/21 em face do Estado indagando: após o Sepe fazer vários questionamentos ao governo do estado (nº de escolas, alunos, professores etc), em 05/10/21 o juiz determinou a intimação do Estado para responder, repetindo tal determinação em 24/01/22. Em 15/02/22 o Estado trouxe informações que serão analisadas pela direção do sindicato para respondermos nos autos do processo em março corrente (veja o informe completo no site do Sepe).  
- Ação civil pública: proposta em 01/09/21, a ação civil pública contra o ESTADO pedindo tutela liminar (e sua confirmação no mérito) para que o Judiciário determine que o Réu se abstenha de implementar a reforma do ENSINO MÉDIO na rede estadual de ensino. Em 11/11/21 o Estado apresentou sua Contestação e em 09/12/21 o Sepe apresentou sua Réplica. Atualmente está em curso o prazo para as partes especificarem se há mais provas a produzir (veja o informe completo no site do Sepe).

## REDE ESTADUAL RJ REALIZA ASSEMBLEIA HÍBRIDA DIA 19/03

O Sepe convoca os profissionais da rede estadual RJ para assembleia híbrida (presencial e on-line), no dia 19 de março (sábado), no Clube Municipal, às 14h – o link para a inscrição para a participação on-line já está em nosso site ([www.redeestadual.seperj.info](http://www.redeestadual.seperj.info)).

Para a participação presencial, o profissional de educação deverá apresentar identidade, cópia do contracheque para comprovar o vínculo com a rede e o certificado de vacinação contra a covid 19. Os profissionais que participarem presencialmente terão que usar máscara e manter o distanciamento.

### Pauta da categoria

- . Piso nacional do magistério para professores e piso regional para funcionários, reajuste já;
- . 1/3 de planejamento;
- . Contra o Novo Ensino Médio;
- . Pagamento do Nova Escola dos Aposentados.

É fundamental que a categoria se mobilize para que o piso salarial do professor e professora tenha como referência o Piso Nacional do Magistério. Isso porque, mesmo com a recomposição salarial de 13,05%, em janeiro, o piso da ca-

tegoria continua muito distante do piso nacional do magistério. Já os funcionários têm um piso abaixo do salário mínimo regional e nacional, por isso a importância de lutarmos para que a referência seja a lei do piso regional - v. tabelas na página 2.

### VITÓRIA: GOVERNO DESCONGELA PAGAMENTO DAS PROGRESSÕES DE CARREIRA

Em uma vitória da nossa pressão, os profissionais de educação da rede estadual receberam o pagamento das progressões de carreira, em folha suplementar, em março, comprovando que a luta pelas nossas pautas vale a pena. Mas ainda há muito o que avançar, pois os triênios seguem congelados e a Casa Civil insiste em não seguir a recomendação do TCE, TJ-RJ e STF, que consiste em garantir a contagem do tempo de serviço de 29/05/2020 a 31/12/2021, o que possibilitaria estarmos recebendo os Triênios, corretamente, desde janeiro. Além disso, estamos acompanhando os casos de diversos professores e inspetores de alunos que não tiveram a progressão implantada – leia a matéria, na pag. 4, sobre as audiências com a Seeduc dia 03 e 10/03 com a Seeduc.

## NOVO ENSINO MÉDIO PROVOCA CAOS NAS ESCOLAS

O ano letivo de 2022 começa de forma caótica na rede estadual de ensino, com professores fora do quadro de horário, disciplinas sem ementas e grande evasão escolar. Um dos principais fatores deste cenário é a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), uma contrarreforma que torna precária as condições de trabalho dos profissionais de educação, pavimenta o caminho para a transferência de dinheiro público para a iniciativa privada e fere o direito universal e constitucional à educação ao aprofundar as desigualdades no acesso ao ensino.

A consulta às comunidades escolares foi realizada no ano de 2021 de forma incipiente, sem a participação das mesmas, num dos piores momentos da pandemia do Covid 19 e sem respeitar os projetos políticos pedagógicos destas unidades escolares. O Sepe, através de seu grupo de trabalho, moveu uma ação na Justiça, pedindo a prorrogação do processo, denunciou esta situação na Alerj

e no Conselho Estadual de Educação. Mas, infelizmente, com a conivência da maioria dos conselheiros foi aprovada a minuta da SEEDUC com uma concepção de educação mercadológica, na qual os alunos são preparados como mão de obra em detrimento ao conhecimento científico e acadêmico historicamente acumulado.

Este processo começou nas turmas iniciais do ensino médio com disciplinas perdendo tempos de aula ou compondo mais o currículo e vai avançar para as demais séries em 2023 e 2024. A SEEDUC afirma que os itinerários formativos serão construídos nas escolas, por isso precisamos nos organizar pautados na nossa autonomia pedagógica, nos projetos políticos pedagógicos, na cooperação com as entidades estudantis e na conscientização dos responsáveis. Além disso, precisamos construir com sindicatos da educação de outros estados e com a CNTE uma campanha pela revogação do Novo Ensino Médio

**19/03 (10h)**

**Assembleia orçamentária (formato híbrido), no Clube Municipal. Para participar presencialmente serão exigidos comprovação de vínculo com o Sepe e protocolo sanitário.**

## Tabela da Seeduc-RJ corrigida em 13,05% comparada com o Piso Nacional do Magistério

Referência (nível)	Tabela Mãe Atual- DOC II 22h E DOC I- 16h*	Piso Nacional (Proporcional à carga horária do nível 1 do plano)	DOC II 40h <small>Com o piso nacional Lei 11.738</small>		DOC I 40h <small>150% do nível 3 da tabela mãe</small>		DOC I 30h <small>87,5% do nível 3 da tabela mãe</small>		DOC I 25h <small>56,25% do nível 3 da tabela mãe</small>	
			atual	c/piso Nacional	atual	c/piso Nacional	atual	c/piso Nacional	atual	c/piso Nacional
1	R\$ 1.062,85	R\$ 2.114,86	R\$ 2.125,70	R\$ 3.845,21						
2	R\$ 1.190,39	R\$ 2.368,65	R\$ 2.380,79	R\$ 4.306,63						
3*	R\$ 1.333,24	R\$ 2.652,88	R\$ 2.666,48	R\$ 4.823,43	R\$ 3.333,09	R\$ 6.632,18	R\$ 2.499,82	R\$ 4.974,13	R\$ 2.083,19	R\$ 4.145,13
4	R\$ 1.493,23	R\$ 2.971,23	R\$ 2.986,46	R\$ 5.402,24	R\$ 3.733,06	R\$ 7.428,04	R\$ 2.799,80	R\$ 5.571,03	R\$ 2.333,17	R\$ 4.642,55
5	R\$ 1.672,42	R\$ 3.327,78	R\$ 3.344,83	R\$ 6.050,51	R\$ 4.181,02	R\$ 8.319,41	R\$ 3.135,77	R\$ 6.239,55	R\$ 2.613,15	R\$ 5.199,65
6	R\$ 1.873,11	R\$ 3.727,11	R\$ 3.746,21	R\$ 6.776,57	R\$ 4.682,75	R\$ 9.317,74	R\$ 3.512,06	R\$ 6.988,30	R\$ 2.926,73	R\$ 5.823,61
7	R\$ 2.097,88	R\$ 4.174,36	R\$ 4.195,76	R\$ 7.589,76	R\$ 5.244,68	R\$ 10.435,86	R\$ 3.933,51	R\$ 7.826,89	R\$ 3.277,94	R\$ 6.522,44
8	R\$ 2.349,62	R\$ 4.675,29	R\$ 4.699,25	R\$ 8.500,53	R\$ 5.874,04	R\$ 11.688,17	R\$ 4.405,53	R\$ 8.766,12	R\$ 3.671,29	R\$ 7.305,13
9	R\$ 2.631,58	R\$ 5.236,32	R\$ 5.263,16	R\$ 9.520,59	R\$ 6.578,92	R\$ 13.090,75	R\$ 4.934,20	R\$ 9.818,05	R\$ 4.111,84	R\$ 8.181,75

**98,98% é a nossa defasagem salarial frente ao Piso Salarial Nacional do Magistério, mesmo após reposição (13,05%) concedida em 2022.**

## Adicional de Qualificação - AQ - Lei nº 1.614/90

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – AQ – LEI Nº 1.614/90				
	atua (13,05%)	c/piso Nacional	atua (13,05%)	c/piso Nacional
	MESTRADO	MESTRADO	DOCTORADO	DOCTORADO
PROFESSOR 40h	R\$ 586,85	R\$ 1.167,72	R\$ 1.173,79	R\$ 2.335,60
PROFESSOR 30h	R\$ 550,21	R\$ 1.094,82	R\$ 1.100,36	R\$ 2.189,50
PROFESSOR 16,22 E 25 h	R\$ 293,44	R\$ 583,89	R\$ 586,85	R\$ 1.167,72

## Tabela de funcionários da Seeduc-RJ corrigida em 13,05%

Escolaridade	Referência	Vencimento	Piso Regional	Salario mínimo Nacional
SUPERIOR	I	R\$ 1.767,25	R\$ 2.886,83	R\$ 2.825,95
	II	R\$ 1.636,34	R\$ 2.672,99	R\$ 2.616,62
	III	R\$ 1.515,13	R\$ 2.474,99	R\$ 2.422,79
ENSINO MÉDIO	I	R\$ 1.402,90	R\$ 2.291,66	R\$ 2.243,33
	II	R\$ 1.298,98	R\$ 2.121,90	R\$ 2.077,16
	III	R\$ 1.202,76	R\$ 1.964,72	R\$ 1.923,29
ENSINO FUNDAMENTAL	I	R\$ 1.113,67	R\$ 1.819,19	R\$ 1.780,83
	II	R\$ 1.031,17	R\$ 1.684,43	R\$ 1.648,91
	III	R\$ 954,79	R\$ 1.559,66	R\$ 1.526,77
ELEMENTAR	I	R\$ 884,07	R\$ 1.444,13	R\$ 1.413,68
	II	R\$ 818,58	R\$ 1.337,16	R\$ 1.308,96
	III	R\$ 757,94	R\$ 1.238,11	R\$ 1.212,00

**Estão de vermelho os vencimentos abaixo do Piso Regional Estadual, que é R\$1.238,11  
63,35% é a nossa defasagem salarial frente ao Piso Regional Estadual, mesmo após reposição (13,05%) concedida em 2022.**

## SEPE TEVE AUDIÊNCIAS COM A SEEDUC E DISCUTIU NOVO ENSINO MÉDIO E PAGAMENTO DAS PROGRESSÕES

Fruto da mobilização dos profissionais de educação da rede estadual RJ e da intermediação da ALERJ, o SEPE RJ reuniu-se, na Alerj, com a Seeduc nos dias 3 e 10/03 e a comissão de educação nesta quinta-feira para discutir as reivindicações da categoria, em relação ao Novo Ensino Médio (NEM).

Antecedendo a discussão sobre a NEM nas escolas da rede estadual, na reunião do dia 03/03, foram pedidos esclarecimentos sobre o pagamento dos triênios e da progressão (mudança de nível/referência): a Seeduc informou que os adicionais de tempo de serviço (triênios) continuam congelados como uma consequência da Lei Complementar Federal 173/2020, que definiu a paralisação da contagem do tempo por serviço, como uma contrapartida da ajuda financeira da União para estados e Municípios em razão da pandemia. Mesmo assim, questionamos o fato do TJ-RJ, TCE e STF já terem emitido parecer que a contagem do tempo deve ser computada. Mas informou que está sendo acertado o pagamento das progressões do período de setembro de 2019 até janeiro de 2022, com os devidos atrasados. A partir deste pagamento, a progressão será paga a partir de sua aquisição. No caso dos funcionários administrativos, a Seeduc informou que o pedido de pagamento das progressões está tramitando na Casa Civil.

Sobre o pagamento do abono permanência/abono Fundeb e progressão para os professores que se aposentaram: a Seeduc reconhece a dívida e vai discutir como realizar o pagamento com o Rio-Previdência. Em relação aos professores que se aposentaram antes de dezembro de 2021 (data de corte para o pagamento), terão direito a receber o pagamento do abono Fundeb quem se aposentou em novembro e dezembro. Tal tema também será acertado entre a Seeduc e o Rio-Previdência.

A Seeduc disponibilizou um canal de comunicação para tirar eventuais dúvidas e erros, quanto a concessão ou não das progressões (contatos da SEEDUC-RJ-Superintendência de Gestão de Pessoas: (21) 2380-9073, (21) 2380-9253 e (21) 2380-9398).

A diretoria também cobrou explicações sobre o pagamento do Nova Escola dos Aposentados: segundo a Seeduc, estavam à espera do envio de um documento pelo Sepe, material esse que já havia sido entregue conforme combinado em reuniões anteriores. Também cobramos realização da reunião com o governador e com a Comissão de acompanhamento do Regime de Recuperação Fiscal e Rio-Previdência para discutir a equiparação com os pisos Nacional do Magistério, Regional e reposição Salarial dos Animadores Culturais.

Após a exposição dos deputados estaduais, do secretário de Educação e subsecretária, a diretoria do Sepe iniciou a sua apresentação reafirmando a oposição à Reforma do Ensino Médio. Os seguintes pontos foram postos na mesa pelo Sepe, deputados presentes e Aderj, tendo em vista as conquistas da greve de 2016 e o impacto já presente devido ao começo da implementação da NEM:

- Garantia de uma matrícula por escola para os professores; que todas as áreas de conhecimento sejam garantidas em todas as séries;
- Todos os componentes do núcleo comum com pelo me-

nos dois tempos de aulas semanais;

- Flexibilização na escolha das disciplinas eletivas;
- Implementação imediata do 1/3 de planejamento extra-classe e sem interação com os educandos;
- Redução do quantitativo de alunos por turma de forma a viabilizar a abertura de novas turmas, e garantindo o melhor processo de aprendizagem e o cumprimento do protocolo segurança contra a pandemia;
- Recomposição das equipes pedagógicas;
- Iniciar o processo de migração.

Foi sugerida, e acatada pela Seeduc, a criação de um Grupo de Trabalho com participação de diversos setores para discutir os impactos da NEM.

Na reunião do 10/03, onde a SEEDUC não apresentou solução para nenhum dos pontos destacados, eles justificaram a impossibilidade de avançar em alguns e possibilidade de travar uma discussão em torno de outros. Assim, eles sinalizaram que é muito difícil fazer uma diminuição do número de turmas, mas caso as unidades possuam demanda de aluno e sala disponível poderia atuar processo para abertura de novas turmas, que a SUBAD irá avaliar.

No que se refere, a “um matrícula, uma escola” segundo a Superintendente de Gestão e Pessoal, 93% dos professores estão com a matrícula totalmente alocada e 80% desse total numa única unidade. Além de sinalizar que os professores que estão com um tempo de carga livre não precisam ir para outra unidade, daí abre-se a possibilidade deles serem alocados nas eletivas de um tempo ou ficar de carga livre.

Acerca da imediata implementação do 1/3 de planejamento extraclasse e sem interação com os educandos, eles mais uma vez estão descumprindo a decisão judicial, alegando que a PGE pediu o adiamento do cumprimento da decisão judicial. Além disso, repetiram a cantilena de que o RRF é um empecilho para não o cumprimento da decisão judicial. Eles apontaram que estão aguardando a alocação dos professores para poder liberar as nomeações das equipes pedagógicas.

As discussões da migração estão sendo feitas na comissão, que tinha uma reunião prevista para acontecer dia 14/03, mas a data teve que ser remarçada. Assim, que for remarçada iremos divulgar a data da próxima reunião.

O único ponto que se esperava um maior avanço, que era sobre manter a todas as disciplinas da matriz de 2021 na 1ª série do Ensino Médio, ou seja, voltar com Sociologia. Eles alegaram que o quadro de horário está quase todo consolidado e mexer nele seria muito complexo, rebatemos essa alegação com os seguintes argumentos a montagem do quadro horário foi muito tardia, tem-se muitas dúvidas quantos a eletivas, muitos professores sobram. Daí manter todos a disciplinas da base não causaria problema muito pelo contrário daria uma reorganizada no quadro de horário, na vida funcional dos docentes e garantiria mais qualidade e para o educandos.

Além disso, ficou ratificado a construção do GT para debater a continuidade da implantação do Novo Ensino Médio. Portanto, como não teve muitos avanços em determinados pontos, a direção e os deputados propuseram uma nova rodada de negociações na próxima semana, onde a SEEDUC trará mais respostas e/ou aceitação das propostas debatidas.